

# Arraes não aceita Centrão na chapa

Governador de Pernambuco impõe a condição para consenso no PMDB

Porto Alegre — O governador Miguel Arraes (PMDB-PE) vetou ontem a participação de integrantes do centrão na chapa de consenso que deverá ser apresentada à convenção nacional do partido, marcada para o próximo dia 21 de agosto. "Nomes como o do deputado Roberto Cardoso Alves não fariam parte da relação", afirmou o governador pernambucano ao enumerar os compromissos em torno dos quais deve emergir um novo partido após a convenção. "A reconstrução econômica no País, o avanço do desenvolvimento interno e uma política não discriminatória aos assalariados são os pontos de vista que devem unir o PMDB", defendeu. Arraes chegou ao Rio Grande do Sul logo depois da meia-noite de segunda-

feira e permaneceu reunido até as 4 horas da madrugada com o governador Pedro Simon (PMDB-RS). Primeiro e segundo vice-presidentes nacionais do PMDB, Arraes e Simon confirmaram que participariam, no Rio de Janeiro, de uma reunião convocada pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, juntamente com outros seis governadores.

O governador pernambucano não quis antecipar também se o PMDB deverá adotar uma posição de rompimento com o governo José Sarney a partir da convenção. Para ele, o partido deverá apoiar o que o governo fizer de certo e criticar seus erros, principalmente com relação à condução da política econômica e social de País.

EUGENIO NOVAES



Dornelles, com Bernardo Cabral e o assessor Antonio Carlos Pojo: pela revisão da ordem econômica.

## Fogaça vê culpa em Sarney

Porto Alegre — O senador José Fogaça (PMDB-RS) responsabilizou ontem o governo do presidente José Sarney pela crise interna do PMDB. No entanto, disse que não pretende sair do partido apesar do dilema colocado pelo Governo Federal. Segundo o senador gaúcho, que é relator-adjunto na Constituinte, a saída do PMDB de todos os descontentes com o Governo provocaria um vácuo de poder que poderia dar margem a uma nova intervenção autoritária no País.

Realmente nós estamos vivendo uma situação de crise. O PMDB está num mau momento da sua vida. Mas para esta situação há uma única fonte: o fato de desde o começo mantermos-nos vinculados ao Governo

Sarney. E um Governo velho, um Governo fraco, um Governo vacilante. Um Governo que quando tomou medidas populares não teve coragem para sustentá-las e agora, que tomou medidas antipopulares tem coragem para mantê-las.

Fogaça queixou-se de não poder ser candidato à prefeitura da capital porque a crise do partido fez com que ele ficasse como o único representante do PMDB no Senado. Lembrou a saída de José Paulo Bisol e João Gilberto Lucas Coelho que passaram ainda no mês passado para o PSDB.

Para Fogaça, a crise do partido acabará tão logo termine o mandato do presidente Sarney.

## Anistia para sonegadores será revogada

A revogação do art. 54 das Disposições Transitórias, que beneficiou os sonegadores tributários, será revogada, de acordo com o acordo dos líderes partidários, conforme revelou o deputado Nelson Jobim (RS), que lidera o PMDB na Constituinte.

O Governo considera a revogação desse artigo tão importante quanto a do que estabeleceu a anistia para os pequenos produtores, que causará um prejuízo de aproximadamente Cz\$ 380 bilhões. A tendência dos líderes é diminuir a incidência desta anistia, mas ainda não existe qualquer acordo a respeito.

O art. 54, aprovado em fim de sessão, sem maior debate, foi incluído em uma fusão de emendas, aceita por todos os líderes, em que foram incluídos os temas mais diversos. A fusão começa com a criação do Estado de Tocantins, sendo incluído seis itens considerados soltos. Outra consequência do art. 54 foi o desgaste da Constituinte ao ser anunciado que vários parlamentares seriam beneficiados com essa intenção. As lideranças têm sido comunicadas de que há uma grande reação contra o dispositivo, considerado como um casuismo de sonegadores.

A íntegra do art. 54, cuja revogação está decidida, é a seguinte: "Os débitos para com as fazendas federal, estaduais e municipais, de natureza tributária, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1987, inscritos ou não como dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos pelo valor corrigido monetariamente, sem multas, juros de mora e outros encargos, de uma só vez, dentro de cento e vinte dias contados da data da promulgação da Constituição. Ou até em seis parcelas mensais e sucessivas.

§1 — O início do pagamento dar-se-á até três meses após a promulgação da Constituição;

§2 — O descumprimento de prazo importará o cancelamento do benefício proporcionalmente ao saldo devedor.

§3 — O benefício é restrito às pessoas e empresas legalmente residentes ou estabelecidas no Brasil e não alcança débitos que tenham causa em fatos definidos como crime.

§4 — Qualquer anistia que envolva matéria tributária ou previdenciária, a partir da promulgação da Constituição, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual e municipal".

## Limite para os juros sofre um bombardeio

O polémico dispositivo que limita em doze por cento as taxas de juros reais a serem cobradas pelas instituições financeiras vai estar sob fogo cerrado no segundo turno de votações. Existem mais de dez emendas para suprimi-lo completamente, apresentadas por constituintes dos mais diferentes grupos e partidos, do evangélico Sotero Cunha (PDC-RJ) ao ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Esta eurrada de propostas com o objetivo de cortar o teto das taxas de juros do texto constitucional não foi suficiente para tranquilizar o Centrão. Adeptos do lema "Antes prevenir do que remediar", seus líderes tiveram o cuidado de apresentar uma emenda intermediária, que suprime apenas o índice de 12 por cento do texto, assinada pelo deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS).

## Em vez de anistia, renegociação

Dirigentes da Flupeme Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa — pediram ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que intermedie um acordo entre o governo e as lideranças da Constituinte e do empresariado, visando à elaboração de uma lei que estabeleça a renegociação dos débitos dos empresários. Eles manifestaram-se contrários à anistia concedida nas disposições transitórias do projeto constitucional, medida que consideram o mal menor na hipótese de não ser possível um entendimento em torno de uma lei.

Ulysses lhes disse que será difícil o acordo, mas comprometeu-se a conversar com os líderes partidários, segundo relato dos representantes da entidade.

O vice-presidente da Flupeme, Luiz Otávio Athayde, afirmou que a associação lança fol a favor da anistia, que só surgiu porque o Governo não deu qualquer resposta aos apelos dos empresários.

— O pequeno empresário acreditado, investiu durante o Plano Cruzado. O sonho acabou. As taxas de juros, de 2,9%, passaram para 30%, numa distorção muito grande. Não há atividade produtiva que consiga produzir 30% ao mês.

Já o diretor da entidade, Kleber Damasceno Prado, disse que ainda há tempo para que seja acertada a

o PMDB não foi menos previdente. Através do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) o partido também apresentou uma proposta intermediária que suprima o índice de 12 por cento do texto permanente mas tem uma diferença fundamental em relação à emenda de Ponte: ela transfere para o capítulo das Disposições Transitórias a determinação de que, enquanto não for aprovada lei complementar que regule a questão, a taxa de juros mencionada no corpo da Constituição não poderá ser superior a 12 por cento.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), já adiantou que seu grupo não está disposto a negociar além disso. Já o deputado José Lins (PFL-CE) admitiu que o Centrão só apoiará uma proposta alternativa de suprimir todo o dispositivo do texto.

A grande briga no segundo turno deverá ser entre estas duas emendas intermediárias, já que a esta altura são poucos os constituintes que ainda não se convenceram das dificuldades que representa a fixação, na Constituição, do limite das taxas de juros.

Num país capitalista, um dispositivo como esse tem conteúdo até lírico", comenta o deputado Amaury Muller (PDT-RS), que votou a favor da proposta no primeiro turno.

Amaury afirma que seu partido não deve fechar questão em torno do assunto, devido ao caráter "controvertido" da proposta, mas ele, pessoalmente, está inclinado a votar numa emenda intermediária que remeta para a lei ordinária a fixação dos limites dos juros.

"Brizola assumindo a gente muda todo este sistema econômico, e aí uma taxa de juro de 12 por cento mais inflação pode até ser alta demais", prevê o deputado pedetista.

Para Athayde, "dr Ulysses pode entrar nisto com a força de sua liderança";

— A lei poderia repactuar as dívidas a taxa de juros contratada na época. Se o dr. Ulysses perceber que não é possível um acordo, melhor deixar como está.

A Flupeme representa aproximadamente 150 mil empresas, e sua proposta já sensibilizou o presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, Paulo Lustosa, segundo afirmou Damasceno Prado.

## Agora é agosto, mês do azar, que atrasa a Carta

LAURENICE NOLETO Da Editoria de Política

A promulgação da nova Constituição em setembro é coisa praticamente certa na opinião do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, mesmo após o grande número de emendas apresentadas ao segundo turno de votação — 1.844 ao todo. O problema é se os trabalhos terminarem antes da previsão e a nova Carta Magna do País tiver que ser promulgada em agosto, um mês de muitas tragédias na história política brasileira e totalmente rejeitado pelos supersticiosos.

"Acho que pode ficar pronta em agosto, mas os Ulysses não é doído de querer promulgá-la nesse mês. Tudo que não deu certo neste País aconteceu no mês de agosto", disse o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), lembrando que há séculos são registrados neste mês acontecimentos ruins para a vida política brasileira. Dentre estes fatos, ele citou a Revolta dos Alfaiates (1798), a morte de Getúlio (1955), dentre outros.

O maior problema, no entanto, vem do alto, pois já é do conhecimento público que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é um dos políticos mais supersticiosos do Congresso. "Ele não vai deixar isso acontecer. Agosto é o mês azarado, das tragédias", disse Caó. Mas, se o aproveitamento das emendas prosseguir no mesmo nível do primeiro dia de trabalho de triagem, a nova Constituição poderá ficar pronta antes mesmo de setembro. Ontem, Bernardo Cabral informou que de um grupo de 120 emendas aprecia-

das, mais de 30 não serão aproveitadas.

Mas o deputado José Lins (PFL-CE) não se diz supersticioso e acha que a Constituição pode ser mesmo promulgada em fins de agosto, ou pelo menos que os trabalhos sejam encerrados no final de agosto. "Mas como ainda serão necessários alguns dias para a redação final, os supersticiosos podem ficar tranquilos que ela só deverá mesmo ser promulgada em princípios de setembro", disse Lins.

E o senador Konder Reis (PDS-SC, em vias de passar para o PSDB) também acha que a promulgação pode sair em agosto, levando em conta que existem muitas emendas repetidas e coincidentes. Quanto às superstições sobre aquele mês, ele não dá crédito, argumentando que "importante é a confiança em Deus". Para contrapor-se às informações dos supersticiosos, o senador dá mais uma mostra de sua religiosidade lembrando que 15 de agosto é o dia da Assunção de Nossa Senhora da Glória, "data respeitada por todas as religiões cristãs".

Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) também tem a impressão de que os trabalhos poderão ser encerrados antes de setembro. Segundo ele, as 1.844 emendas devem ser reduzidas no máximo a 300, depois de passarem pelo crivo de Ulysses e Cabral. Ele é outro que não tem, superstição e diz passar debaixo de escadas, pôe gado preto até no colo e entra em avião com o pé esquerdo. "A Constituição pode ser promulgada em agosto, mesmo. Não tem nenhum problema", afirmou.

## Falta de quorum já preocupa

"Só com muita boa vontade o texto aprovado no primeiro turno de votação será modificado". Essa é a frase que mais se ouve pelos corredores do Congresso Nacional nos últimos dias. Até mesmo o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não soube responder quando lhe questionaram sobre quais as emendas mais prováveis de obter quorum. Ironico, ele respondeu: "É a mim que vocês vêm perguntar? Eu mesmo estou interessado em saber. Se vocês descobrirem, por favor, publiquem". Dessa maneira, o presidente expressou a mesma descrença generalizada com relação a presença dos constituintes em plenário, depois do dia 25, quando se iniciam as votações da última etapa dos trabalhos constituintes.

"Agora, cada partido que cuida de sua própria arregimentação", informou o coordenador do Centrão, deputado José Lins. Para ele, ainda é cedo para culdar da convocação dos parlamentares, "pois agora é que estamos analisando as emendas. Só depois desse trabalho concluído é que saberemos onde iremos colocar nossos esforços". Lins informou que quando chegar o momento oportuno, o deputado Ricardo Fluzza se encarregará dos votos necessários em plenário.

Também não se tem notícia de nenhum trabalho articulado pela Mesa da Constituinte, para assegurar a presença dos Constituintes, sempre muito rebeles quando se trata da permanência em plenário. Ulysses Guimarães já fez o seu tradicional apelo para que todos estejam presentes no próximo dia 25 de julho. Mas o apelo, feito na última segunda-feira, só foi ouvido por menos de meia dúzia de parlamentares, presentes na última sessão da Assembléia.

## Constituintes agora brigam por medalhas

A Casa da Moeda entregará na próxima segunda-feira ao diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, os modelos das medalhas de ouro, prata e bronze que serão distribuídas na solenidade de promulgação da nova Constituição.

A intenção do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), é de conceder a medalha de ouro somente para os presidentes de poderes. A medalha de prata seria dada a todos os constituintes, menos ele e o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que receberão a de ouro como presidentes da Constituinte e da Câmara e do Senado.

Alguns parlamentares, no entanto, estão insatisfeitos com esse critério, pois entendem que, sendo todos constituintes, deveriam receber medalhas idênticas. O ideal, para eles, é que todas sejam de ouro. Inicialmente, os ministros de Estado seriam agraciados com Medalhas de Prata, mas há também quem defenda, para eles, a de ouro, que seria estendida aos governadores de Estado.

A de bronze seria dada à pessoa escolhida pelo presidente e demais integrantes da Mesa da Constituinte. Em princípio, pretende-se concedê-la com o maior rigor, para evitar a proliferação de medalhas, com o que que não concorda o presidente Ulysses Guimarães.



## Empresário quer juro antigo

A proposta da Flupeme encaminhada ao presidente Ulysses Guimarães como sugestão para o acordo apresenta os seguintes pontos:

— que todos os empréstimos contraídos pelas micro, pequenas e médias empresas no período compreendido entre 1º de março e 31 de dezembro de 1986, e ainda não pagos, sejam recalculados pelas taxas de juros utilizadas na época de sua contratação;

— que estas dívidas consolidadas com os critérios originais sejam

parceladas em 36 meses, com as taxas de juros iniciais;

— que os limites de enquadramento a serem utilizados sejam aqueles que estavam em vigor pelas normas bancárias quando da contratação dos empréstimos;

— que seja criado um fundo de aval, constituído por percentual do lucro do sistema bancário, que garanta o refinanciamento destas operações;

— que a rede bancária seja obrigada a cumprir as linhas de financiamento existentes para micro, pequenas e médias em-

presas e hoje descumpridas;

— que a questão dos empréstimos rurais seja tratada separadamente, visto que é muito mais um problema de política agrária e preços mínimos, do que uma inadimplência coletiva resultado da política econômica do Governo;

— que estas medidas sejam tomadas em caráter de urgência por lei ordinária, auto-regulamentada, e após a sua sanção a "anistia" aprovada seja retirada das disposições transitórias.